

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A GEOPOLÍTICA E “O PERFIL DO ELEITOR DA BAIXADA FLUMINENSE”

Adriana Dorfman

Boletim Gaúcho de Geografia, 22: 35 - 42, março, 1997.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38362/25641>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - março, 1997

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A GEOPOLÍTICA E “O PERFIL DO ELEITOR DA BAIXADA FLUMINENSE”

Adriana Dorfman*

Introdução – Esse trabalho é a consolidação de uma pesquisa realizada em outubro de 1994 pelos alunos do oitavo período de Licenciatura em História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC)¹, em São Bento, Duque de Caxias – RJ, como finalização da cadeira de Geopolítica do Brasil II, da qual era professora. As observações e conclusões aqui expostas originam-se, em grande parte, do trabalho dessas 40 pessoas, através da aplicação de questionários, da discussão em sala de aula e da confecção de relatórios. É importante notar que ora trazem opiniões individuais, ora os resultados das discussões do grupo.

O texto que segue trata, em primeiro lugar, de relatar uma experiência didática concreta em seu contexto. É também um esforço de refletir, com base em leituras, sobre a contribuição da Geografia Eleitoral ao trabalho em sala de aula. Analisa ainda os resultados obtidos em campo e em discussões posteriores.

A “Geopolítica do Brasil”, a Geografia eleitoral – O ensino de “Geopolítica do Brasil” em faculdades de formação de professores é um fato incomum. O currículo da faculdade em questão foi elaborado em plena vigência da ditadura militar. Reflete, portanto, um esforço em formar patriotas, nos conteúdos programáticos das cadeiras em geral e, particularmente, através das tradicionais “Estudos dos Problemas Brasileiros” e “Teoria Geral do Estado”. Entre as disciplinas obrigatórias encontram-se ainda dois semestres nos quais os professores deveriam discorrer exaustivamente sobre a Doutrina de Segurança Nacional, conforme elaboração do Gal. Golbery do Couto e Silva, “Geopolítica do Brasil I e II”. Entretanto, no momento atual, centramos nossa abordagem no temário da Geografia Política, discutindo conceitos como território, escala, soberania, nação, fronteira e estado, em busca de uma perspectiva pluridimensional do poder, tanto no que diz respeito às diversas escalas geográficas quanto à multiplicidade de agentes sociais. Tratamos também da geopolítica contemporânea mundial e brasileira.

Os alunos que freqüentam o curso são formandos. Em geral são adultos engajados no mercado de trabalho, muitas vezes professores do primeiro segmento. Vários deles possuem experiência em movimentos sociais urbanos e outras ações políticas, o que enriquece as discussões que abordam a conjuntura nacional e local.

A vida política das sociedades de democracia formal gira em torno do ato de votar periodicamente. Tal fato levou-nos a aproveitar a realização das eleições gerais para incluí-las em nosso programa. O tema foi introduzido com a discussão que opõe presidencialismo e parlamentarismo, definindo-os. Espacializamos os debates abordando os diferentes critérios de representatividade (contrapondo proporcionalidade individual ao voto distrital).

Chegamos assim à Geografia Eleitoral, isto é, ao estudo das relações entre o processo eleitoral e o território, sejam as influências do local na escolha e grau de representatividade do voto ou as estratégias espaciais dos candidatos que se apresentam a cada pleito. Foram consultados, primeiramente, textos de divulgação como artigos de revistas e jornais (FARAH, 1994; MATTA, 1994; "Distorções...", 1994), partindo posteriormente para análises acadêmicas (NICOLAU, 1992) e conjunturais (COTRIM, 1990).

A Geografia Eleitoral pode ser abordada por três ângulos (TAYLOR, 1985: 143-8). A "Geografia do voto" faz, em primeiro lugar, uma análise estatística dos mapas de votos, buscando comportamentos normais e desviantes em relação à segregação sócio-econômica: áreas proletárias normalmente votam em partidos de esquerda, áreas rurais elegem candidatos conservadores, etc.

A "Geografia da representação" trata da formação dos distritos e de seu efeito sobre o resultado eleitoral (diferentes padrões de limites distritais produzirão distintos resultados eleitorais, mesmo que os votos sejam efetivamente os mesmos); trata-se da "cartografia política", onde os agentes tentam maximizar os efeitos dos votos de um partido, em detrimento dos demais, desenhando distritos com colégios eleitorais numericamente desiguais (reaportcionamento) ou criam-se distritos com limites esdrúxulos, a fim de favorecer a um partido ou candidato (gerrymandering).

O terceiro enfoque revela a "influência geográfica nas eleições", as influências do local nas decisões de voto. Segundo Taylor e Johnston (1979), estas são de quatro tipos: a. o voto no candidato ou efeito dos vizinhos/amigos (o partido ou candidato é mais votado em sua área de origem); b. o voto temático (quando um item da plataforma de um candidato ou agremiação é mais importante para uma área que para outras); c. o efeito de campanha (toda campanha política se desenvolve desigualmente sobre o território, o que se reflete na votação); e d. o efeito de vizinhança. O efeito de vizinhança postula o seguinte processo: "para cada indivíduo numa campanha eleitoral existem duas fontes de informação. A informação geral dos meios de comunicação, disponível a todos, e a informação particular obtida com contatos locais. Esta última será influenciada pela vizinhança onde mora o indivíduo. Assim, a informação geral será filtrada por posturas partidárias (...). O resultado é que todas as classes habitando um bairro de trabalhadores tenderão a votar no partido 'natural' da área, enquanto todas as classes moradoras de uma vizinhança de classe média votarão no partido 'natural' para aquela área" (TAYLOR, 1985:147-8).

A finalidade de tais leituras era trazer subsídios para a compreensão do quadro, regras e condicionantes em que se realizam as eleições. Tentávamos também aplicar a elaboração teórica na discussão do cotidiano. Notamos também que os autores lidos se omitiam sobre a importância da escala geográfica no processo decisório: os votantes contam com fontes de informação diferenciadas, priorizando características diversas na escolha de um vereador e um senador, cujas atribuições e escala de atuação não são iguais.

Com o propósito de aprofundar a discussão, provocar reflexões e conhecer a realidade local, o grupo elaborou um modelo de entrevista, a ser aplicado por todos no dia das eleições. Intitulamos esse trabalho "O Perfil do Eleitor da Baixada Fluminense". Tabulamos e discutimos os resultados em aula, a fim de destacar e explicitar as diferentes opiniões do eleitorado. Por fim, os alunos escreveram, em duplas, um relatório, onde foram sintetizados o esforço teórico e o conhecimento empírico potencializado pela aplicação dos questionários. O texto que segue apresenta os resultados dessa pesquisa, sua análise por parte dos alunos, algumas citações da literatura na qual nos baseamos, bem como minhas observações e conclusões a respeito dessas múltiplas fontes.

As entrevistas – Aproximadamente 300 entrevistas foram realizadas no dia 03 de outubro de 1994, com eleitores, homens e mulheres, na faixa dos 16 aos 65 anos, em várias zonas e seções de municípios da Baixada Fluminense. Cada pergunta foi respondida por um número distinto de entrevistados, já que algumas questões despertaram menos interesse. 303 é o número máximo de respostas.

Os resultados são uma sondagem indicativa, não tendo por finalidade determinar padrões de comportamento eleitoral, já que não foram aplicados critérios estatísticos na distribuição geográfica, econômica, social, etária, etc. da amostragem. As perguntas e a distribuição das respostas são:

1) Como é a escolha dos candidatos? Pelo partido ou pela pessoa?

(268 entrevistas)

pessoa: 217, correspondendo a 80,97%; ambos: 6 (2,22%);

partido: 44 (16,44%); indiferente: 1 (0,37%).

2) Acha mais fácil votar em prefeito ou em presidente?

(272 entrevistas)

prefeito: 124, correspondendo a 45,58%; tanto faz: 5 (1,85%);

presidente: 99 (36,39%); nenhum: 3 (1,11%).

nos dois: 41 (15,07%);

3) Escolhe os candidatos com base em propaganda ou conhecidos?

Acredita no resultado das pesquisas de intenção de voto?

propaganda: 42,10%; pesquisas: 21,06%.

conhecidos: 36,84%;

4) Assiste ao programa eleitoral? (303 entrevistas)

não: 160, correspondendo a 52,80%; às vezes: 24 (7,93%).

sim: 119 (39,27%);

5) O voto deveria ser facultativo? (271 entrevistas)

sim: 214, correspondendo a 78,97%; outros: 3 (1,11%).

não: 54 (19,92%);

6) Acredita nos resultados das apurações? (274 entrevistas)

não: 167, correspondendo a 60,72%; às vezes: 13 (4,71%);

sim: 94 (34,18%); não respondeu: 1 (0,33%).

7) Votaria numa mulher para a presidência? (241 entrevistas)

sim: 214, correspondendo a 89,22%; não: 27 (10,08%).

8) Acha que artistas devem participar da propaganda eleitoral e dos comícios? (232 entrevistas)

não: 124, correspondendo a 53,45%; sim: 108 (46,55%).

9) Sabe a diferença entre voto em branco e voto nulo? (respostas não tabuladas)

Os objetivos – Com essas perguntas buscávamos sondar:

- o processo de escolha dos candidatos: personalista ou partidário; as formas de receber informação sobre o processo eleitoral (influência da propaganda na televisão, das pesquisas de opinião e de personalidades famosas); as preferências e preconceitos em relação aos candidatos. Para tal formulamos as perguntas 1, 3, 4, 7 e 8.

- a pertinência espacial na definição das escolhas: como as atitudes e a decisão de voto se modificam com a escala a que se dirige o voto; o efeito de vizinhança do candidato e do partido; a importância dos cabos eleitorais como contatos locais que filtram as informações. As perguntas 1, 2 e 3 buscam respondê-lo.

- a legitimidade do processo: a credibilidade dos resultados apurados; a obrigatoriedade do voto, o significado das eleições nos rumos tomados pela comunidade a partir de elementos colhidos nas perguntas 5 e 6.

A pergunta 9 tinha um caráter “educativo” pois, ao perguntar às pessoas sobre a diferença entre voto nulo e em branco, queríamos que elas “aprendessem” que os votos em branco favorecem ao partido majoritário. Por esse motivo, as respostas não foram tabuladas.

Os resultados obtidos com o trabalho de campo foram significativos, bem como a análise feita pelos alunos. Sua análise face à bibliografia de Geografia Eleitoral encontra-se a seguir.

Os processos de escolha de candidatos – Quanto à escolha do candidato vários entrevistados manifestaram que é mais fácil compreender as propostas de pessoas do que de partidos ou coligações. A subordinação ao partido impede, segundo algumas visões, a realização dos planos propostos pelo candidato. Outros opinam que, devido à opção personalista, “juntamos pessoas com diferentes propostas de governo, e essas propostas entram em choque, e quem sai perdendo é o povo” (JRSC & MLSB).² É importante ressaltar que a maioria não considera sequer as propostas dos candidatos, atendo-se às características da pessoa, como carisma, aparência física, tradição política, fluência verbal, etc. De modo geral, “demonstra-se a característica do eleitor da Baixada Fluminense em personificar suas esperanças em torno de um só nome ‘salvador da pátria’” (GC, RA & MGN).

“Ainda há, nesse bolo, boa parte de eleitores que buscam os candidatos por aqueles favores especiais que deles receberam ou, também, porque eles têm por trás um forte cabo eleitoral ou uma excelente campanha política” (GC, RA & MGN). A figu-

ra do 'cabo eleitoral'³, cuja credibilidade é dada pela amizade e identidade, aparece como responsável por 37%, aproximadamente, das escolhas. Notamos a importância das relações pessoais e imediatas entre cabo e votantes, só possíveis dentro da escala local e, portanto, mais influentes nas eleições para escalas mais próximas.

Aqui podemos mencionar também a função dos artistas e personalidades famosas que endossam uma ou outra candidatura, como cabos eleitorais eletrônicos: sua influência no processo foi considerada grande, além de enganosa e indesejável, por pouco mais da metade dos entrevistados, dada a abrangência nacional de sua ação.

Por outro lado, a propaganda eleitoral têm papel importante: ela determina a opção de 42% dos entrevistados, seja através do horário gratuito no rádio e na televisão ou, de forma mais marcada, através de panfletos, de cartazes, de comícios, da igreja ou outra instituição. A maioria diz não assistir aos programas na televisão por serem "repetitivos, cansativos e sem inovação". Surpreende o fato dessas pessoas os considerarem importantes como forma de acesso às propostas daqueles candidatos com menor poder aquisitivo para financiar campanhas ou menor prestígio junto aos órgãos formadores de opinião pública, desejando, assim, sua permanência. Convém notar que, se essa estratégia de campanha apresenta bons resultados, demonstra-se a influência da propaganda localizada, confirmando hipóteses presentes na literatura.

A maioria dos eleitores aceita como verdadeiros os resultados das pesquisas eleitorais. Dois pesquisados, apenas, disseram que o IBOPE é "lavagem cerebral" ou "é um meio de influenciar o eleitor que não quer votar em um candidato que vai ser derrotado, não querendo perder seu voto".

Um último aspecto a ser comentado é a aceitação quase unânime da candidatura de uma mulher para a presidência da república por quase todos os entrevistados, que alegavam, por um lado, que "competência independe de sexo" e, por outro, que "a capacidade de administrar com honestidade e economia é um dom natural da mulher".

A pertinência espacial – Constatamos ser freqüente a escolha de um candidato porque ele pode melhorar a condição do bairro onde mora o eleitor. Segundo MRGJ & OGB "é um resquício do coronelismo comum em áreas da Baixada, redutos de uma população carente e analfabeta, sem nenhuma infraestrutura, em que uma simples canalização de vala negra (botar umas manilhas) faz com que a rua inteira vote em quem fez isso". Entretanto, "não existe respeito pela pessoa a quem se pede o voto, ela só é lembrada quando há eleição. Nos períodos em que não há, a área é abandonada, guetos de proliferação do voto do medo e do cabresto: um favor é trocado por eterna devoção". Isso indica, em primeiro lugar, uma influência bastante pontual do processo eleitoral, *strictu sensu*, nos rumos políticos da comunidade. Em segundo lugar, revela uma relação clientelista entre candidato e eleitor, já consolidada em uma área caracterizada pela carente infra-estrutura.

A existência de famílias que "dominam a área através do medo ou de barganhas", gerando uma fidelidade "regionalizada", ou em "feudos", conforme a expressão local, é denunciada como importante forma de controle do voto. A raiz desse processo é identificada na permanência do chamado "tenorismo", o clientelismo armado, nos moldes pra-

ticados pelo mais famoso político da Baixada Fluminense, Tenório Cavalcanti, cuja importância se origina no populismo dos anos cinquenta, período em que se deu a expansão urbana em direção à Baixada. É interessante observar que o voto de proteção local é descrito em manuais de Geografia Eleitoral (TAYLOR & JOHNSTON, 1979; SHORT, 1982) como um processo de escolha de candidatos portadores de uma missão 'regionalista', de proteger os interesses locais, tentando direcionar o fluxo de benefícios ao seu 'curral eleitoral', sem a carga negativa que lhe é atribuída nas análises por parte dos alunos.

Os entrevistados justificam a maior facilidade para escolher o prefeito do que para optar pelo presidente com dois argumentos: 1. o prefeito está mais próximo do cotidiano do votante, tratando-se de optar entre conhecidos; 2. um possível equívoco tem consequências supostamente menos graves, atingindo apenas o município. A responsabilidade é, portanto, menor. Segundo os entrevistados, também "é mais fácil cobrar do prefeito ações durante e após sua gestão" (KSF). Fica implícito que as questões locais interessam mais aos cidadãos, mobilizando-os de maneira mais intensa.

Os 37%, aproximadamente, que acham mais fácil votar no presidente, alegam que a mídia privilegia as questões em escala nacional. Os alunos mencionam que, da mesma maneira, destaca-se a eleição para os postos executivos, ofuscando-se as discussões em torno do poder legislativo, "talvez esquecendo que o prefeito ou presidente só terá condições de cumprir com seu programa se tiver a colaboração do legislativo, através da cooperação dos vereadores ou deputados" (GC, RA & MGN).

A legitimidade do processo eleitoral – Tais opiniões nos levam a discutir a legitimidade do processo eleitoral nesse momento e para essa comunidade. Algumas análises são positivas: "Acreditamos que, apesar da permanência de um poder de manipulação de caráter conservador à margem da democracia, os eleitores dão um banho de consciência e entendimento, no que se refere a quem eleger para mudar. Porém, o dedo manipulador do poder dificulta a concretização da escolha das urnas" (JNB, DGS & MLSF).

Por outro lado, uma parte dos alunos acusava implícita ou explicitamente ao eleitor que se omitira, confundira, anulava seu voto, enfim, votara mal. Tal comportamento é discutido na bibliografia sobre o tema (SOARES & D'ARAÚJO), 1991, identificado como uma confirmação da idéia de que o "brasileiro não sabe votar": "O que vemos no Brasil é ainda uma grande massa acreditando na maquiagem ideológica de candidatos que representam a continuidade de uma situação caótica (...) a manipulação do voto ainda é exercida em grande escala" (LMS).

A maioria dos entrevistados averiguava, no entanto, que "o povo está totalmente decepcionado com os governantes. Alega que, entra governo, sai governo, e a coisa continua igual. Não há uma satisfação, de fato, em cada eleitor que é obrigado a votar, elegendo ou anulando seu voto. O que mais chateia é a obrigação de ter que comparecer. Alguns acreditam na responsabilidade de querer o melhor, votam porque querem, outros sentem um certo ódio de ter que votar. Acham tudo um desperdício de tempo, propaganda na televisão, nas ruas, em qualquer meio de comunicação. Querem coisas diferentes, uma sociedade justa, mas não sabem quem realizará essa sonho. Acreditam que hajam políticos com essa ideologia, mas não acham que vão deixá-los realizar algo.

Essas opiniões são observadas em todas idades, sexos e religiões, é a opinião geral” (MJS). Esse depoimento revela uma percepção, ainda que implícita, de que o processo político não se resume nas eleições, ecoando o que encontramos em Short (1982): “devemos ser cuidadosos, contudo, em concluir que eleições traduzem votos em poder. Em muitos casos as eleições possibilitam escolhas entre partidos com objetivos largamente similares. O poder real, a capacidade de alcançar objetivos declarados, se encontra fora do reino da votação atomizada. Eleições não são sempre ‘sobre quem governa, mas sobre quem dirige as reuniões onde os detentores do poder e da autoridade tentam chegar a acordos’” (ALDERSON, 1978, citado por SHORT, 1982).

A obrigatoriedade do voto depõe contra a legitimidade do processo: “o voto deve ser facultativo, pois é um ato de consciência do cidadão e não a legitimação do poder de uma falsa democracia” (DI & SA).

Sugestões e conclusões – Como sugestões dos alunos e entrevistados destaca-se: “uma mudança na lei eleitoral, a começar por uma seleção rígida dos candidatos, eleição, apuração e, no fim do mandato dos governantes, uma exposição sobre sua atuação no governo” (CRFU & GMPS).

A maior concentração de opinião deu-se na pergunta a respeito da obrigatoriedade do voto: praticamente 80% das pessoas consultadas desejam que o voto seja facultativo. Elas acreditam, em primeiro lugar, que o voto facultativo é indicativo de maturidade democrática. Essa quase unanimidade também indica que o processo eleitoral não tem credibilidade (ou importância?) para a comunidade em estudo, despertando sentimentos desde a frustração até a revolta e o ódio. Mais de 60% dos eleitores criam serem as apurações fraudulentas, antes mesmo da anulação dos resultados pelo TRE. Nas palavras de um aluno, “a maioria esmagadora pede o voto facultativo ‘já’, em razão dos abusos e desmandos ocorridos na política brasileira que, para muitos, não tem mais solução, mostrando também que, no resultado final das apurações vencem principalmente os corruptos fraudadores e aproveitadores do sistema aqui instalado e com raízes profundas” (KSF).

Os 20% que acreditam na obrigatoriedade do voto desejam evitar a criação de um comércio, onde a presença nas urnas seja cada vez mais ditada por interesses, favores ou coerção. Várias vezes surgiu o fantasma do “coronelismo”, ou de sua versão local, o “tenorismo”. Isso sinaliza a permanência das escolhas personalistas e da informação transmitida boca-a-boca, reforçando laços locais.

As análises dos alunos evidenciaram grande maturidade e interesse pela discussão. Curiosamente, a maioria dos entrevistados nega a existência de tal consciência entre entrevistados, como se formassem dois grupos profundamente distintos, não constituindo a mesma comunidade. De certa forma, vemos aqui uma demonstração da inversão da causa e do efeito, onde “o atraso do sistema político brasileiro passa sutilmente a ser entendido (...) não como o resultado da desigualdade aberrante e do autoritarismo necessário para mantê-la, mas como um efeito perverso da existência de massas empobrecidas, que não têm idéias nem meios de ação política modernos, (...) inimigos inconscientes da democracia” (ZALUAR, 1994: 69). Parece-nos que a qualidade das análises aqui reunidas demonstra o contrário. Alguns dos pes-

quisadores não foram capazes de reconhecer seu próprio envolvimento e sua profunda capacidade crítica, considerando-se alheios ou diferentes da "massa".

Por outro lado, vemos a recorrência da particularização, na interpretação dos alunos, dos comportamentos eleitorais na Baixada: muitos processos se explicam com o argumento de que são típicos daquele território. Um breve exame da literatura possibilita observar que muitos desses padrões são comuns a outros momentos históricos e recortes geográficos. A visão particularista indica para a existência de uma identidade política peculiarmente forte e geografizada. Tal identidade se manifesta também no reconhecimento de um "povo da Baixada". Essa expressão recorrente aponta para um grande potencial de organização em torno da cidadania, na escala local.

¹ Entre os alunos que participaram do trabalho, constituindo-se praticamente em co-autores, devo citar: Adriana L. Leite, Ana Maria, Arilda, Carlos A. da Silva, Cecília R. F. Ugolino, Célia R. Cavalcante, Daniel Isaac, Darla da Silva, Débora G. Salvador, Elisabeth Soares, Gelcira Carolina, Geralda M. P. da Silva, Iraci, Jocelene, Jorge Elias, Jorge N. Belliense, Josélia Guedes, Jurema R. da S. Coutinho, Kléber dos S. Ferreira, Lázaro M. Meneses, Leila Martins, Luci M. da Silva, Márcia L. da S. Fernandes, Márcia N. P. C. Benfeita, Maria das Graças do Nascimento, Maria de Fátima, Maria do Desterro, Maria Helena F. de Oliveira, Maria José da Silva, Maria L. S. Brito, Marta Rosana G. José, Neide M. L. da Silva, Omeri G. Bráz, Patrícia de Oliveira, Rafael R. do Espírito Santo, Raimundo Nonato Ribeiro, Rubens de Almeida, Selma C. de Oliveira, Simone Ayres e Sheila Cláudio. As citações de textos retirados dos relatórios dos alunos foram identificados com suas iniciais. Citações sem referência de autor, seja à bibliografia ou aos alunos, foram retiradas dos formulários de campo.

² No parêntese estão as iniciais dos alunos que participaram do trabalho e que são responsáveis pela afirmativa ou pelo registro da mesma.

³ *Puntero* na Argentina, *canvassing*, nos Estados Unidos, isto é, um intermediário que tenta convencer os outros votantes a eleger um dado candidato.

"CONCENTRAÇÃO Partidária por Região". *Boletim do DIAP*, nº 7. Brasília, 1994.

"CONGRESSO Vota Nova Legislação Eleitoral e Partidária". *Informativo Inesc*, nº 37. Brasília, 1993.

COTRIM, Fernando da Silveira. *A Geografia do Voto no Brasil: Eleições 1989*. Rio de Janeiro, IBASE, 1990.

"DISPUTA para Câmara Não Empolga Eleitor". *Jornal do Brasil*, 28/08/94, Rio de Janeiro.

"DISTORÇÕES no Sistema Proporcional". *Boletim do DIAP*, nº 7. Brasília, 1994.

FARAH, Alexandra. "Como Funciona essa Máquina". *Cláudia*, agosto de 1994. Ed. Abril, São Paulo.

GUILLLOREL, Hervé & Lévy, Jacques. "Space and Electoral System". *Political Geography*, vol. 11, nº 2, março de 1992.

MATTA, Daniela. "Eleição Direta para Presidente Faz 100 Anos". *Jornal do Brasil*, 25/09/94. Rio de Janeiro.

MUIR, Richard & PADDISON, Ronan. *Politics, Geography and Behaviour*. Londres, Methuen & Co, 1981.

NICOLAU, Jairo César Marconi. "A Representação política e a questão da desproporcionalidade no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, nº 33, 1992.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. *Geografia Política*. Madrid, Editorial Síntesis, 1992.

SHORT, John R. *An Introduction to Political Geography*. Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd, 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. "Os Mitos de uma Eleição". *Ciência Hoje*, v. 12, nº 72, 1991.

TAYLOR, P. J. & JOHNSTON, R. J. *Geography of Elections*. Harmondsworth, Penguin Books, 1979.

TAYLOR, P. J. *Political Geography: world-economy, nation-state and locality*. Londres, Longman Group Limited, 1985.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisas Eleitorais em Debate na Imprensa*. São Paulo, Cortez / Autores Associados, 1989.

ZALUAR, Alba. "Pobre, Logo Clientelista". *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Revan / Ed. UFRJ, 1994.

* Mestre em Geografia Política, professora no Colégio Pedro II, pesquisadora da UERJ.